

Por uma cidade com mais equidade: discutindo a mobilidade pelo modo “a pé” em Goiás-GO

Milena Oliveira Vieira (PQ)

Mioliveira0398@gmail.com

Universidade Estadual De Goiás Campus Cora Coralina.

Resumo: A estrutura urbana é um dos fatores mais relevantes na promoção de uma cidade para pessoas, e a proximidade em relação cidade e pessoas oferecem possibilidades para contato físico entre eles. Apesar das tecnologias cada vez mais avançadas existe um contato também de maneira virtual, ambas são necessárias quando se quer o máximo de benefícios. A funcionalidade da cidade não deveria ser medida apenas pela capacidade de veículos, ou tempo do trajeto no sistema de transporte, mas também pela capacidade de vida urbana. Nesse sentido, essa pesquisa realizou um estudo sobre a mobilidade a pé no centro histórico e nas bordas de centro na cidade de Goiás, visando diagnosticar e mitigar as discontinuidades presentes nesse espaço através das calçadas. Dessa forma, pretende-se incluir a temática da acessibilidade, levando em conta a particularidade que esse espaço apresenta que é de patrimônio histórico e cidade turística.

Palavras-chave: Mobilidade, Equidade, Espaço Urbano, Acessibilidade.

Introdução

A mobilidade de pessoas ocorre de diversas formas entre os múltiplos espaços da cidade. Isso decorre por vários fatores como: a distribuição espacial dos locais de atividade e habitação, a estrutura e os modos de circulação, assim como a dinâmica das necessidades da sociedade. Das várias formas de deslocamentos, o modo “a pé” constitui-se como o principal meio para atingir os locais desejados (VASCONCELLOS, 2001, 2012). Mesmo diante do paradigma da sociedade pautada no modo individual motorizado de transporte, os deslocamentos iniciam e terminam a pé, sendo condição para se acessar outros modos e lugares.

Ao tratarmos a mobilidade do indivíduo portador de alguma restrição física e motora, o modo de transporte a pé constitui-se muitas das vezes um grande entrave para que o mesmo atinja seus locais de atividade. Segundo Vasconcellos (2012), a noção de mobilidade sob uma perspectiva geográfica se pauta na facilidade com

que as pessoas podem chegar aos locais de atividades desejados, ou seja: aqueles que oferecem emprego, compras, cuidados médicos, lazer, etc.

Diante disso, optamos por estudar a mobilidade a pé que é realizada no centro da cidade de Goiás-GO. Na delimitação espacial do tombamento histórico e sua borda, diversos são os agravantes no que tange a acessibilidade, que vão da ausência de equipamentos e dispositivos de segurança na via, nos estabelecimentos, bem como a ausência de um plano de mobilidade que preconize e assegure a justiça social nesse aspecto. Ademais, reiteramos o papel de cidade turística, bem como de centralidade local na oferta de bens e serviços regionais, fato esse que atrai fluxos externos de pessoas que tem no centro histórico, suas principais demandas atendidas.

Material e Métodos

A construção desta pesquisa teve a intenção de assegurar a acessibilidade a pé, para que possa construir uma cultura de mobilidade urbana mais sustentável. Fazendo o levantamento das condições da estrutura de circulação pelo modo a pé, como: calçadas, dispositivos de segurança de pedestres, rampas de acesso entre outros. Aplicamos questionários envolvendo distintos segmentos da sociedade local tais como: como comerciantes prestadores de serviços, moradores locais e turistas, isto para aproximar de uma avaliação global sobre a qualidade do modo a pé, elegendo quais são os aspectos prioritários de intervenção.

Resultados e Discussão

Foi possível observar no centro histórico da cidade de Goiás as dificuldades que o pedestre enfrenta, pelos obstáculos encontrados tanto nas calçadas, como nas ruas, como placas de anúncios nas calçadas. Foi possível definir de um modo geral, que as pessoas que ali transitam, competem com os carros nas ruas estreitas e com pedras, e nas calçadas que ainda existem, alguns comerciantes colocam ou fazem criação de barreiras arquitetônicas que impossibilitam a acessibilidade do pedestre.

Foi aplicado 20 questionários, com perguntas sobre quais as maiores dificuldades encontradas, se o pedestre entrevistado era um comerciante ou não se já presenciou alguém passando por dificuldades enquanto pedestre e o que poderia

melhorar. Destes 20 uma maioria de 16 pessoas entrevistadas reclamou dos altos níveis de calçadas; pelas pedras que impossibilitam a passagem de um cadeirante, pelos carros que deixam pouco espaço para o pedestre, sendo assim optaram por ter uma calçada acessível, para que possam ter um caminhar livre, com segurança e conforto pelo centro; também optam para que as calçadas ofereçam condições para a acessibilidade como ter: Calçadas com circulação livre para passeio, rebaixadas para pedestres com restrição a mobilidades como cadeirantes, idosos, mulheres grávidas e com carrinhos de criança, sinalização, entre outros. Para os entrevistados sendo pedestre ou comerciante uma calçada deve oferecer acessibilidade, para assegurar a mobilidade de quem vai usá-la, e devem dar continuidade para que não possua obstáculos como: calçadas desniveladas; os comerciantes que não tem respeito colocam cadeiras, anúncios entre outras coisas na calçada; alguns carros estacionam nas calçadas mesmo, a continuidade da calçada seria de modo para deixar o espaço livre para os pedestres.

Considerações Finais

Esta pesquisa visou proporcionar, alertar e instruir o pedestre para ele saber que é de seu direito uma calçada com acessibilidade com maiores condições para um caminhar livre, que a população tenha acesso de um lugar a outro com segurança, garantindo adaptação e locomoção, e resguardando o direito de ir e vir a todos os lugares que necessitar. A pesquisa foi um modo para as pessoas se expressarem, falarem e darem opiniões sobre como estão vivendo frente às dificuldades encontradas. Para que possamos estar bem informados, poder decidir e agir corretamente sobre nossa cidade, e isso respeitando a vontade da maioria.

Agradecimentos

Aqui deixo meus sinceros agradecimentos ao Coordenador e Orientador do grupo GEOMOBILIDADE, Prof. Dr. Vinícius Polzin Druciaki, que esteve disponível para orientar e participar desta pesquisa. Agradeço a população residente do município de Goiás que se dispôs a ajudar na realização das pesquisas.

Referências

Associação Nacional dos Transportes Públicos-ANTP. Cidades a pé. São Paulo; Série. Cadernos Técnicos, v.16, 2015.

BRASIL 2004. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000 que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004.

DRUCIAKI, Vinícius P. Transporte Público Metropolitano nas Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá sob a ótica da Mobilidade Espacial. 2014. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências. Rio Claro, 2014.

GREGORY, Derek, et al. (Orgs.). O Dicionário da Geografia Humana. Chichester, 5. Wiley-Blackwell. 2009.

HINE, Julian. Transport and Social Justice. In: KNOWLES, Richard; SHAW, Jon; DOCHERTY Iain. Transport Geographies: Flows and Spaces. Oxford, Blackwell Publishing, 2008. p.49-61.

KNEIB, Erika C. Mobilidade Urbana e Qualidade de Vida: do Panorama Geral ao Caso de Goiânia. In: Revista UFG. Goiânia. Ano XIII, n.12. 2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Planmob Construindo a cidade sustentável: Caderno de referencia para elaboração de plano de mobilidade urbana. Brasília. 2º Edição. Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana. 2008.

RIBEIRO, Sandra. Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos. Brasília: Iphan, 2014.120 p. (Cadernos Técnicos; 9).

VASCONCELLOS, E. A. Mobilidade Urbana e Cidadania. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.

_____. Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas. 3. ed.
São Paulo: Annablume, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION; THE WORLD BANK. Relatório Mundial Sobre a
deficiência/. Trad. Lexius Serviços Linguísticos. São Paulo, SEDPcD, 2012.